

RESOLUÇÃO Nº _____, DE ____ DE _____ DE 2020.

Altera as Resoluções nºs 293, de 19 de novembro de 2013, e 309, de 18 de março de 2014.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XVIII e XLVI, da mencionada Lei, e considerando o que consta do Processo nº 00058.031436/2019-01, deliberado e aprovado na ___ª Reunião Deliberativa, realizada em ___ de _____ de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução nº 293, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre o Registro Aeronáutico Brasileiro, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11-A. Poderão ser apresentados em formato digital e peticionados eletronicamente:

I - Documentos que não se destinem à inscrição ou à averbação de direitos sobre aeronaves ou motores, exceto procurações;

II - Documentos para inscrição e averbação de direitos nato-digitais, desde que assinados digitalmente em conformidade com certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;

III - Documentos para inscrição e averbação de direitos desmaterializados por notários públicos, desde que certificados digitalmente em conformidade com certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;" (NR)

"Art. 13....

Parágrafo único. Procurações em formato digital devem atender aos requisitos do inciso II ou III do art. 11-A."(NR)

"Art. 52...

Parágrafo único. Neste caso, o registro será feito em ato distinto e no Livro próprio, mediante requerimento instruído com a documentação aplicável, na forma desta Resolução."(NR)

"Art. 59...

.....

II - Instrução (PIN): aeronaves operadas por escola pública de aviação civil para treinamento e adestramento de voo.

.....

V - Administração Indireta: nas categorias estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" são registradas aeronaves a serviço das autarquias e fundações da administração indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, para transporte não remunerado de autoridades, pessoas a serviço, convidados ou carga:

a) Administração Indireta Federal (AIF);

b) Administração Indireta Estadual (AIE);

c) Administração Indireta Municipal (AIM); e

d) Administração Indireta do Distrito Federal (AID)." (NR)

"Art. 60 ...

.....
II - Serviço Aéreo Especializado Público (SAE): aeronaves empregadas na prestação de serviço aéreo especializado, realizado por pessoa jurídica brasileira, mediante remuneração, em que somente as pessoas e materiais relacionados com a execução do serviço podem ser conduzidos.

.....
IV - Serviço de Transporte Aéreo Público Não-Regular, Doméstico ou Internacional (TPN): aeronaves empregadas em serviços de transporte aéreo público não-regular de passageiro, carga ou mala postal, realizados por pessoa jurídica brasileira, mediante remuneração, entre pontos situados no País, entre um ponto situado no território nacional e outro em país estrangeiro ou entre pontos situados em países estrangeiros.

V - Serviço de Transporte Aéreo Público Não-Regular – Táxi Aéreo (TPX): aeronaves empregadas em serviços de transporte aéreo público não-regular de passageiro ou carga, realizados por pessoa jurídica brasileira, mediante remuneração convencionada entre o usuário e o transportador, visando a proporcionar atendimento imediato, independente de horário, percurso ou escala.

.....
VII - Instrução (PRI): aeronaves empregadas na instrução, treinamento e adestramento de voo pelos aeroclubes, clubes ou escolas de aviação civil.

.....
X- Aeronaves remotamente pilotadas (RPA): aeronave não tripulada e pilotada a partir de uma estação de pilotagem remota com finalidade diversa de recreação.

.....
§3º A pessoa jurídica deverá possuir objeto social compatível com a categoria de registro pretendida."(NR)

"Art. 87.

I - termo de cessão e aceitação ou contrato transferindo a responsabilidade ao arrendatário quanto à exploração e operação da aeronave. Quando se tratar de aeronave com matrícula brasileira, deve ser acompanhado do Registro de Operações Financeiras - ROF do sistema de Registro Declaratório Eletrônico de capitais estrangeiros no país, nos casos definidos pelo Banco Central do Brasil, como arrendamentos operacionais e mercantis e financiamentos com prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias;

.....
III - termo de anuência do proprietário ou arrendador;

....." (NR)

"Art. 87-A. Para os fins desta Resolução, considera-se intercâmbio a cessão de uso celebrada entre um intercambiado e um intercambiador, em que exista alternância entre operadores no uso da aeronave.

§ 1º Contratos de Intercâmbio envolvendo aeronaves de matrícula estrangeira poderão ser anotados para controle de frota, a critério da ANAC.

§ 2º A anotação de intercâmbio envolvendo aeronaves de matrícula estrangeira não substitui o registro junto ao Estado de matrícula, não constitui qualquer direito real e não gera direito à emissão de certificados de matrícula e de aeronavegabilidade."(NR)

Art. 2º A Resolução nº 309, de 18 de março de 2014, que regulamenta a aplicação da Convenção da Cidade do Cabo e seu Protocolo Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º

.....

III - detida por um arrendador em um contrato de arrendamento mercantil ou

operacional" (NR)

"Art. 17

.....

§ 4º Requisitado o cancelamento de matrícula, não caberá pedido de suspensão de seu processamento.

§ 5º O cancelamento de matrícula processar-se-á de forma independente do pedido de exportação do bem aeronáutico." (NR)

Art. 3º Ficam revogados:

I - o inciso I e o § 1º do art. 60 e o inciso II do art. 87 da Resolução nº 293, de 2013; e

II - o art. 11 da Resolução nº 309, de 2014.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente Substituto